

PEDRO TORRES DE MELO PEDROSA

**ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL
NO FOMENTO A ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS:
estudo de caso do APL Eletroeletrônico de Santa Rita do Sapucaí -
MG**

Rio de Janeiro

2016

PEDRO TORRES DE MELO PEDROSA

**ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL
NO FOMENTO A ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS:**

**estudo de caso do APL Eletroeletrônico de Santa Rita do Sapucaí -
MG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso Gestão Pública Para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Luiz Guilherme Rodrigues Antunes

Rio de Janeiro

2016

CIP - Catalogação na Publicação

P372a Pedrosa, Pedro Torres de Melo
Análise da atuação do poder público municipal
no fomento a arranjos produtivos locais: estudo
de caso do APL Eletroeletrônico de Santa Rita do
Sapucai - MG / Pedro Torres de Melo Pedrosa. --
Rio de Janeiro, 2016.
43 f.

Orientador: Luiz Guilherme Rodrigues Antunes.
Coorientador: Daniel Negreiros Conceção.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
de Administração e Ciências Contábeis, Faculdade
de Direito, Instituto de Economia, Instituto de
Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional,
Bacharel em Gestão Pública Desenvolvimento
Econômico e Social, 2016.

1. Arranjo Produtivo Local. 2. Desenvolvimento
Local. 3. Políticas Públicas. 4. Santa Rita do
Sapucai (MG). 5. Vale da Eletrônica. I. Antunes,
Luiz Guilherme Rodrigues, orient. II. Conceção,
Daniel Negreiros Conceção, orient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

PEDRO TORRES DE MELO PEDROSA

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL NO FOMENTO A ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS:

estudo de caso do APL eletroeletrônico de Santa Rita do Sapucaí

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso Gestão Pública Para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Luiz Guilherme Rodrigues Antunes

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Luiz Guilherme Rodrigues Antunes
Departamento de Administração e Economia - Universidade Federal de Lavras

Prof. Dr. Daniel Negreiros Conceição
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Ricardo Mello
Departamento de Engenharia Industrial da Escola Politécnica - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dedico este trabalho à sociedade brasileira e ao meu filho João Vitor, que foi um divisor de águas na minha trajetória, sendo hoje o meu norte e a pessoa mais importante da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Benvinda e Pedro Neto, por me ensinarem o significado da ética e do respeito, por sempre priorizarem uma educação de qualidade, por mais adversas que fossem as condições. Por todo amor, força e apoio incondicionais, fazendo com que meus sonhos se tornem cada vez mais possíveis e reais.

À minha companheira Thaissa Carlos, pelo amor e carinho com que me acompanhou durante toda minha graduação, compartilhando as vitórias e superando todas as dificuldades com muita serenidade e confiança. A sua presença me fez continuar e erguer a cabeça em todas as ocasiões.

Agradeço imensamente o suporte do orientador Luiz Guilherme Rodrigues Antunes pela dedicação, suporte, incentivos, presteza nas respostas, correções, no pouco tempo que lhe coube para realização deste trabalho, fazendo considerações oportunas e de muito valor. Sem sua paciência e perseverança este trabalho não seria possível, por isso tem a minha eterna gratidão.

Agradeço imensamente aos demais membros da banca examinadora, Ricardo Mello, e especialmente Daniel Conceição Negreiros, coordenador do curso, pela sensibilidade singular que possibilitou a realização deste trabalho.

Finalmente, graças ao ENEM e ao REUNI, agradeço à UFLA, e especialmente à UFRJ e seu corpo docente, aos colegas de todas as turmas, aos servidores e terceirizados, assim como à direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes. É com enorme satisfação que alcanço grau de Bacharel em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social.

RESUMO

Os Arranjos Produtivos Locais envolvem uma diversidade de atores: a sociedade civil organizada, instituições de ensino e pesquisa, instituições públicas e privadas, assim como o trabalho de sinergia entre elas. Estes arranjos são compostos por empresas com especialização produtiva, mesma localização geográfica e são caracterizadas pela fluidez de conhecimento, adquiridos e compartilhados entre os atores. Para isso, contam com diversas possibilidades de apoio de instituições públicas e privadas, devendo haver um ambiente favorável que transcenda as vantagens históricas e regionais, através da criação de ambientes de articulação e confiança. A relevância do objeto políticas públicas para APL se traduz na importância do papel do Estado no desenvolvimento local, para além do desenvolvimento econômico, pautado no desenvolvimento social e sustentável. O objetivo deste trabalho foi verificar se as políticas públicas de fomento foram capazes de consolidar efetivamente o APL Eletroeletrônico de Santa Rita do Sapucaí, localizado no sul de Minas Gerais. A metodologia utilizada foi a pesquisa descritiva, de caráter qualitativo, realizado através de levantamento bibliográfico e método de estudo de caso. O foco central da pesquisa foi analisar as políticas públicas de fomento ao referido APL. Como resultado da pesquisa, é identificada a atuação das esferas municipal, estadual e federal de fomento ao arranjo estudado, de forma propiciar uma análise da atuação do poder público municipal e o impacto no desenvolvimento das empresas e da sociedade.

Palavras-Chaves: Políticas Públicas. Arranjo Produtivo Local. Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

Local Productive Arrangements involve a diversity of actors: organized civil society, educational and research institutions, public and private institutions, as well as the work of synergy between them. These arrangements are composed of companies with productive specialization, the same geographic location and are characterized by the fluidity of knowledge, acquired and shared among the actors. For this, they count on several possibilities of support of public and private institutions, and there must be a favorable environment that transcends the historical and regional advantages, through the creation of environments of articulation and trust. The relevance of the public policy object to APL translates into the importance of the role of the State in local development, beyond the economic development, based on social and sustainable development. The objective of this work was to verify if the public policies of fomentation were able to effectively consolidate the APL Electro-Electronic of Santa Rita do Sapucaí, located in the south of Minas Gerais. The methodology used was the descriptive research, of a qualitative nature, carried out through a bibliographical survey and a case study method. The central focus of the research was to analyze the public policies of foment to said APL. As a result of the research, it is identified the performance of the municipal, state and federal spheres of development in the arrangement studied, in order to provide an analysis of the performance of municipal public power and the impact on the development of companies and society.

Keywords: Public Policies. Local Productive Arrangement. Local Development.

SUMÁRIO

1	Introdução.....	10
1.1	Contextualização e Problema de Pesquisa.....	10
1.2	Objetivos.....	12
1.3	Justificativa.....	12
1.4	Estrutura do Trabalho.....	14
2	Referencial Teórico.....	15
2.1	Arranjo Produtivo Local e suas Características.....	15
2.2	Políticas Públicas: limites e possibilidades para o desenvolvimento local.....	17
2.3	Relação entre Políticas Públicas e Arranjos Produtivos Locais.....	19
3	Métodos e Procedimentos.....	22
3.1	Objeto de Estudo.....	23
4	Resultados e Análise dos Dados.....	25
4.1	Atores Envolvidos e sua Relação com o APL Eletroeletrônico.....	25
4.2	Atuação dos Poder Público Federal e Estadual no APL Eletroeletrônico de Santa Rita do Sapucaí – MG.....	30
4.3	Atuação do Poder Público Municipal de Santa Rita do Sapucaí – MG no APL Eletroeletrônico de Santa Rita do Sapucaí – MG.....	32
4.4	Análise das Políticas Públicas Municipais de fomento ao APL Eletroeletrônico de Santa Rita do Sapucaí – MG.....	35
5	Conclusão.....	38
	Referências.....	40

1 INTRODUÇÃO

A temática de Arranjos Produtivos Locais (APLs) vem ganhando cada vez mais espaço nos debates sobre desenvolvimento local, sendo uma importante estratégia para localidades que pretendem se desenvolver através da indústria, agregando conceitos de desenvolvimento social aliado ao crescimento econômico. Este capítulo introdutório aborda a contextualização da temática, de forma a evidenciar a problemática e os objetivos da pesquisa. Após a apresentação das justificativas sobre a importância da pesquisa, é apresentada a estrutura do trabalho.

1.1 Contextualização e Problema de Pesquisa

O debate sobre rede e aglomerações trouxe novos paradigmas para a organização industrial, onde as antigas características da organização vertical e hierárquica foram sendo substituídas por organizações em redes, através de interligamentos horizontais e laterais entre as empresas (NOHRIA, 1992).

As empresas estão reestruturando sua organização interna em forma de redes, redefinindo suas relações com *stakeholders*, inclusive com os seus “rivais” (competidores). Esta configuração, denominada de nova competição, apresenta-se como uma alternativa aos padrões gerenciais tradicionais (BALESTRIN; VERSCHOORE, 2016). Conforme Nohria (1992, p. 2) aponta, “eles (as empresas) procuram relacionamentos mais colaborativos que os unam em uma rede”. Nesse contexto, surge na década de 80 o termo “coopetição”, fazendo referência às relações de competição e cooperação (LACOSTE, 2012).

Alfred Marshall (1996) já apontava o desenvolvimento industrial nesse sentido, ao afirmar a importância do crescimento do setor industrial como um todo, não somente relacionado ao tamanho das empresas locais, pois o forte desta economia setorial se respalda na concentração de muitas empresas similares instaladas nos mesmo espaço geográfico. Dessa forma, emergem os primeiros indícios dos arranjos produtivos locais.

Nesse contexto surge o termo Arranjo Produtivo Local (APL), que é uma analogia à palavra inglesa de mesmo significado “*cluster*”. Um APL se configura na concentração espacial de agentes econômicos, políticos e sociais, unidos por características comuns, sendo uma inovação na forma de pensar as economias

locais, regionais e nacionais (ERBER, 2008). Assim a formação de arranjos entre instituições públicas e privadas, passou a ser vista como uma opção para o desenvolvimento endógeno.

De acordo com Cezarino e Campomar (2006), a inserção de empresas num APL possibilita diversas vantagens competitivas, como infraestrutura de apoio especializada, intenso fluxo de informações de interesse do segmento da empresa, troca de experiências, aumento do poder de compra e maior atuação no mercado internacional.

O debate sobre aglomerações foi vinculado ao conceito de competitividade, explicando, de forma parcial, o forte apelo para os formuladores de políticas, conforme Cassiolato *et al.* (2004):

Dessa maneira, distritos industriais, *clusters*, sistemas produtivos tornam-se tanto unidade de análise, como objeto de ação de políticas industriais. Muitas organizações (centros de pesquisa, organismos governamentais e consultorias) realizam estudos sobre aglomerações em que a especialização e competitividade econômica são reinterpretadas dentro de uma perspectiva de interações (CASSIOLATO, 2004, p. 1).

Assim, a partir do final da década de 1990 cresce a importância da temática das aglomerações empresariais nas políticas públicas brasileiras, como reflexo de estudos acadêmicos, fazendo surgir a necessidade de instituições públicas e privadas de apoio aos APLs (BOTELHO, 2011).

Diante do exposto acima, esta monografia busca trazer à tona maiores debates acerca das relações existentes entre arranjos produtivos locais e políticas públicas. Emerge, portanto, a questão central da pesquisa: *a atuação do poder público municipal, sobretudo através de políticas públicas, promove o incentivo necessário para o desenvolvimento e fortalecimento de um Arranjo Produtivo Local?*

Nesta monografia, será realizado um estudo de caso do Arranjo Produtivo Local Eletroeletrônico de Santa Rita do Sapucaí – MG, formado por uma rede de empresas do setor eletroeletrônico que atua em conjunto com diversos outros atores da sociedade, entre eles os sindicatos, associações locais, instituições de ensino e pesquisa e o poder público, numa perspectiva de cooperação que perpassa diversos níveis de relacionamento.

A fim de fazer o recorte para análise, a pesquisa delimita-se à análise das políticas públicas de fomento a este arranjo, com ênfase nos programas, práticas e ações do poder público municipal. Este recorte possibilita um foco maior no município e suas estratégias de desenvolvimento do APL. É importante frisar que a análise não se concentra na percepção dos envolvidos ao APL sobre as políticas públicas municipais, mas sim em uma análise das ações governamentais municipais.

Por fim, com base no problema de pesquisa, argumenta-se que o poder público municipal, no tocante ao fomento do APL estudado, atua positivamente no desenvolvimento das empresas e da cooperação sinérgica entre os diversos atores envolvidos, de forma a fortalecer o Arranjo Produtivo Local Eletroeletrônico de Santa Rita do Sapucaí – MG.

1.2 Objetivos

O objetivo geral deste trabalho é pesquisar a atuação do poder público municipal para o desenvolvimento e fortalecimento do APL Eletroeletrônico de Santa Rita do Sapucaí – MG.

A fim de atender ao objetivo geral, colocam-se as seguintes metas como objetivos específicos: identificar e caracterizar os atores envolvidos que contribuíram para o desenvolvimento e fortalecimento do APL Eletroeletrônico de Santa Rita do Sapucaí - MG; Identificar a atuação do poder público, através de políticas públicas e práticas que envolvam o desenvolvimento APL de Santa Rita do Sapucaí - MG, com ênfase no poder público municipal; e finalmente, verificar as contribuições do poder público municipal ao APL Eletroeletrônico de Santa Rita do Sapucaí – MG.

1.3 Justificativa

De acordo com Rosa (2005), os acontecimentos globais de internacionalização do comércio convergem para a formação de redes organizacionais. Esses acontecimentos necessitam da disseminação de políticas voltadas para o desenvolvimento destes arranjos, contudo, pouca ênfase é conferida ao poder público na conformação desses arranjos. Essa discussão é considerada fundamental para países periféricos como o Brasil, principalmente devido às barreiras culturais e conjunturais que tendem a dificultar a trajetória de um arranjo produtivo.

As aglomerações empresariais têm impacto relevante no desenvolvimento local, na medida em que são estimuladas pelo sucesso de Políticas Públicas. Porém nem sempre os APLs conseguem agir como potencializadores do desenvolvimento local, devido à falta de incentivo por parte de instituições estatais e paraestatais (SANTOS; CALDAS; CÂNDIDO, 2011, p. 2).

Assim, capacidade do Estado (União, Estados e Municípios) em atuar no fortalecimento de APL somente pode ser concebível através de uma intervenção mais ampla do Estado no planejamento e desenvolvimento de uma localidade, de forma a desenvolver o capital social local e a capacidade de governança local, prevalecendo a cooperação sobre a competitividade deletéria vigente, temas estes que ainda são pouco estudados (COSTA, 2010).

Portanto, apresenta-se como justificativa acadêmica, a realização de maiores estudos que contemplem a atuação do Estado em todas as suas esferas, a fim de apontar os benefícios do apoio governamental na formação e desenvolvimento APLs. No entanto, cabe ressaltar que para fins deste estudo, tem-se como foco a esfera pública municipal e as políticas públicas e práticas produzidas nessa instância.

O estudo das políticas públicas, implementadas pelo poder público em conjunto com as empresas e a sociedade civil para o desenvolvimento dos APLs, só se torna eficaz através da análise particular de cada arranjo, dada a premissa de que cada APL é uma entidade singular, tendo suas características construídas no decorrer de seus processos históricos de desenvolvimento e determinadas nas interações que estabelecem no local (CASSIOLATO; LASTRES, 2004). Este conceito motivou a adoção da metodologia de estudo de caso para a pesquisa.

Como justificativa social, entende-se que este tipo de pesquisa consolida e legitima a participação do Estado nos projetos que envolvem APLs. Dessa forma, as análises desse teor ampliam a percepção da sociedade sobre a atuação do governo na criação e promoção de APLs bem como parametriza as contribuições vindas deste tipo de intervenção.

Por fim, preocupa-se em apresentar os caminhos percorridos pelo poder público municipal buscando demonstrar os mecanismos e instrumentos criados pelas políticas públicas que contribuíram para o desenvolvimento de um APL.

1.4. Estrutura do Trabalho

De forma alcançar seus objetivos, o presente trabalho divide-se em cinco capítulos: o Capítulo 1 é a contextualiza a pesquisa, onde são definidos os objetivos e as justificativas do trabalho. O Capítulo 2 apresenta as teorias e conceitos utilizados sobre o papel do poder público no fomento aos APLs, assim como limites e possibilidades no desenvolvimento local.

Já no Capítulo 3 é apresentado o objeto de estudo, o Arranjo Produtivo Local Eletroeletrônico de Santa Rita do Sapucaí – MG, contextualizando os principais atores e seus papéis no arranjo. Ainda neste capítulo são apresentados os métodos e procedimentos utilizados para coleta e análise de dados. No Capítulo 4 é analisada a atuação do poder público, com ênfase na esfera municipal, a fim evidenciar a atuação do poder público municipal na consolidação do APL de Santa Rita do Sapucaí - MG. Finalizando, no Capítulo 5 é apresentada a conclusão a respeito da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo pretende-se abordar questões teóricas relevantes à pesquisa, trazendo tanto discussões sobre as principais características de um APL, como sobre políticas públicas, assim como a relação entre estes conceitos. Em seguida, são trazidas as perspectivas teóricas que subsidiaram a pesquisa.

2.1 Arranjo Produtivo Local e suas Características

A partir da década de 1970 a economia mundial vem passando por uma reestruturação industrial, ampliada pela revolução tecnológica, implicando na dominação de mercados por empresas transnacionais, diminuição dos postos de serviços, terceirização do trabalho e o crescimento do mercado informal (CORRÊA; OLIVA, 2005). Essa revolução impacta diretamente nas economias locais, dificultando sua inserção no mercado e seu desenvolvimento endógeno, surgindo a necessidade de novos arranjos institucionais que se adequassem a esse novo cenário econômico mundial.

Para Porter (2000), os “*clusters*” ou Arranjos Produtivos Locais, são um novo caminho para pensar as economias, trazendo a necessidade de novas estruturas para as empresas, governo e demais instituições. Assim, os APLs são uma das alternativas para se combater os efeitos da economia globalizada, cabendo aos governos, por meio de políticas públicas, o aperfeiçoamento do ambiente onde eles se encontram.

Um APL se caracteriza como um agrupamento geograficamente concentrado, com especialização produtiva, articulação, cooperação e aprendizagem com outros atores, entre eles: governo, associações civis, empresas, instituições de pesquisa e instituições financeiras, delineando assim, novos papéis às empresas, ao poder público e outras instituições (PORTER, 1999).

Segundo Chaves *et al.* (2010), a inserção de empresas em um arranjo produtivo traz algumas vantagens (dependendo de uma série de condicionantes), dentre elas:

- a) Estabelecimento de metas e estratégias coletivas comuns, a partir da avaliação de necessidades comuns;

- b) Fortalecimento das relações entre atores, facilitando a transferência de conhecimentos;
- c) Partilha de custos com pesquisas tecnológicas, desenvolvimento de processos, produtos e serviços;
- d) Aumento das possibilidades de atuação no exterior;
- e) Novas possibilidades de compras e logística de distribuição conjuntas, armazenagem de produtos e participação em feiras;
- f) Qualidade de produtos superior e mais diversificado;
- g) Aumento do poder de barganha; e
- h) Aumento da capacidade produtiva, quando considerado o conjunto das empresas.

Por outro lado, Garcias (2001) relaciona desvantagens na formação destes arranjos (também dependendo de diversos condicionantes), trazendo os pontos negativos da inserção de uma empresa em um APL:

- a) Falta de visão e oportunismo de participantes ou grupos dentro do arranjo;
- b) Dificuldades na equalização entre cooperação e competitividade;
- c) Dificuldade do estabelecimento de incentivos e controles;
- d) Lentidão nos processos decisórios; e
- e) Limitações de um sistema de comando disperso.

A Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST) aponta para a ênfase na inovação como ponto essencial para desenvolvimento e consolidação de APLs, conforme Cassiolato e Lastres, 2004:

- Inovação e conhecimento são elementos cada vez mais centrais na dinâmica de nações, regiões, setores, organizações e instituições;

- Aprendizado e capacitação são processos socialmente determinados, e bastante influenciados por formatos organizacionais, políticos e institucionais; e
- O conhecimento mais detalhado de caráter localizado e específico tem o papel principal para o sucesso inovativo, e mesmo com o avanço das tecnologias da informação, continuam sendo difíceis de serem transferidas para outras realidades.

Em síntese, o advento da reestruturação produtiva, sobretudo a partir da década de 1970, implicou num reordenamento das relações produtivas, fazendo-se necessário a atenção de políticas públicas de forma a organizar a produção, reconhecendo, segundo Cassiolato e Lastres, que a base de competitividade das empresas dos arranjos não se restringe à um único setor produtivo, envolvendo uma verdadeira rede organizacional de empresas e outras instituições.

2.2 Políticas Públicas: limites e possibilidades para o desenvolvimento local

A Constituição Federal de 1998 outorgou aos municípios uma autonomia administrativa e financeira, refletindo em novas responsabilidades (CORRÊA; OLIVA, 2005). Assim, a relação de cooperação entre os entes federados foi remodelada, cabendo ao município o importante papel de reconhecer as demandas locais e, em conjunto com as demais instâncias e sociedade civil organizada, atendê-las através da elaboração de políticas públicas municipais.

É através das políticas públicas que o Estado interfere na sociedade, alocando os recursos públicos de forma a melhorar a qualidade de vida e bem estar social, assim, “as políticas públicas visam concretizar os direitos da cidadania, promover e estimular o desenvolvimento (econômico, social, ambiental, institucional...)” (SANTOS; CALDAS; CÂNDIDO, 2011, p. 5).

De acordo com Dagnino (2002), quando se fala em análise de políticas públicas, o termo política pode ser empregado de diversas formas, como um campo de atividade, como um objetivo (estabilidade econômica, por exemplo). Assim, pode ser relacionado a decisões governamentais, programas, leis, resultados ou impactos. Ainda nesse sentido, segundo Souza (2006), as políticas públicas são um campo de conhecimento que busca a ação do governo ao mesmo tempo em que analisa e

propõe mudanças no rumo dessas ações. Essas políticas se desdobram através de programas, projetos e ações, considerados instrumentos de políticas públicas.

Então, ao se falar em políticas públicas, o entendimento do conceito é baseado num conjunto de decisões e desenvolvimento de ações que atuam sobre algum problema, tendo como finalidade a consolidação da democracia, da justiça social ou visa simplesmente à felicidade e satisfação das pessoas (SARAVIA, 2006).

Segundo Saravia (2006) o processo de política pública envolve diversas etapas para a formulação, implementação e avaliação:

- a) Agenda: percepção da necessidade social do pleito;
- b) Elaboração: delimita e identifica um problema atual e estabelece prioridades;
- c) Implementação: planejamento de todos os atores envolvidos, com previsão de recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos;
- d) Execução: por em prática a efetiva decisão política;
- e) Acompanhamento: processo de supervisionar a execução da política, e através de *feedbacks* fazer as devidas correções;
- f) Avaliação: mensuração dos efeitos produzidos na sociedade;
- g) Com relação às escalas de poder em que ocorrem as políticas públicas e os processos de decisão, estas podem ser em nível local, regional e nacional.

De acordo com Vainer (1999), não se deve priorizar uma escala às outras, pois nenhum delas contém em si todo o processo de desenvolvimento da sociedade, seja relacionado à esfera econômica, social, política ou cultural.

Assim, com relação questão de qual a escala prioritária de ação política eficaz, para Vainer (1999, p. 8) “qualquer projeto de transformação envolve, engaja e exige táticas em cada uma das escalas em que hoje se configuram os processos sociais, econômicos e políticos estratégicos”. Assim, deve pressupor-se que o local é parte de uma estratégia multiescalar, devendo galgar objetivos ambiciosos, como forma de não concordância com influências externas prejudiciais, com a consciência

que no local não se esgotam os desafios dessa instância. Por tanto, a instância local é considerada uma escala importante de políticas estratégicas transescalares (VAINER, 1999).

Complementando este pensamento, os governos locais, mais que qualquer outro ente ou nível escalar, são capazes de intervir na promoção de competitividade das empresas e oferecer base histórica cultural para a integração dos indivíduos (BORJA; CASTELLS, 1997).

Diante disso, é preciso entender os limites do desenvolvimento local, sendo importante para compreensão das limitações do poder público local frente às demais escalas de poder. Portanto, não se pretende neste trabalho abordar ações do poder público local como a “salvação” de um local ou mesmo do país, diante dos processos históricos e engendrados de desigualdades econômicas e sociais. Assim, aponta-se para movimentos articulados diante das múltiplas escalas e dimensões do desenvolvimento.

2.3 Relação entre Políticas Públicas e Arranjos Produtivos Locais

Um grande desafio nessa relação é como tornar a cooperação público-privada mais eficiente. Logo, é necessário o desenvolvimento de estratégias que combinem instituições públicas e privadas, assim como a sociedade civil organizada como ferramenta para a sustentabilidade de uma localidade (EVANS, 1996).

De acordo com Andrade (2015, p. 43) o capital sinérgico¹, como qualquer forma de capital, “é passível de ampliação por meio de ações para articular o fluxo de conexões, porém, sem a intervenção do Estado não há desenvolvimento, tendo que haver sinergia entre estado e sociedade”. Nesse sentido, o Estado deve cumprir sua função de induzir o capital institucional e social, de forma a conectar os atores sociais e o setor público para a superação dos desafios, promovendo o desenvolvimento local para além do desenvolvimento estritamente econômico.

De acordo com Cassiolato e Lastres (2004) o foco em APL não deve ser visto em si como prioridade política, mas uma forma de potencializar as ações de promoção do desenvolvimento local, e que não se deve implementar políticas de

¹ Para Boisier (1999 apud ANDRADE, 2015), o capital sinérgico é a capacidade social de conduzir ações em conjunto, com uma meta comum, pré-determinada democraticamente.

promoção de APL de forma isolada, sendo fundamental a articulação em nível local, regional, nacional e até supranacional.

O papel do Estado na concepção e implementação de políticas de fomento a Arranjos Produtivos Locais não ocupa posição central nas reflexões propostas pela literatura (ROSA, 2005). Segundo Rosa (2005), talvez isso ocorra pelo fato de os arranjos terem encontrado terreno fértil nos países desenvolvidos, devido à alta disponibilidade de recursos privados e de capital de risco para financiar a produção e investir em tecnologia. Porém nos países periféricos, há dificuldades naturais para a consolidação de um modelo ideal de arranjo produtivo.

De acordo com Crocco *et al.* (2001), o principal papel do governo em um arranjo produtivo é facilitar as parcerias entre os agentes envolvidos no arranjo. Em experiências internacionais, o poder público atua de diversas formas, como nos EUA, por exemplo, até a década de 1960 as encomendas do Departamento de Defesa norte-americano eram fundamentais para o Vale do Silício (complexo microeletrônico). Já na Itália, há experiências de distritos totalmente induzidos pelo governo, por meio de políticas de desapropriação de terras, que eram cedidas em comodato para empresas interessadas em se instalar no local.

O desafio das políticas públicas é favorecer a construção de ambientes de cooperação entre os atores envolvidos, para isso necessita de uma postura proativa dos governos local, estadual e federal. É importante pensar a ideia de identidade regional, não somente entendida como ativo preexistente, resultado somente de fatores geográficos ou históricos, mas sim construída a partir dos ambientes de articulação e confiança. O fomento de micro e pequenas empresas locais é parte da estratégia para explorar as capacidades e potencialidades endógenas para o desenvolvimento local (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2010).

É importante frisar que a Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESISIT) busca novos enfoques conceituais e metodológicos para solucionar dificuldades do estudo de APLs. Diante da crescente complexidade das atividades de produção, se torna difícil delimitar um setor e saber quem exatamente está envolvido (CASSIOLATO; LASTRES, 2004). Assim o enfoque da REDESIST, dentre outros, tem como principais vantagens:

- Investigar além da tradicional visão baseada na empresa, setor ou cadeia produtiva, fazendo ponte entre o território e as atividades econômicas, as quais também não se limitam aos recortes regionais clássicos como nos níveis municipais e de microrregião; e
- Representar um nível em que as políticas públicas podem ser mais efetivas, enfatizando a importância da participação de agentes locais e atores coletivos, assim como a coordenação regional e nacional.

Desta forma, a função do Estado deve ser de indutor e mobilizador de capital social e capital institucional, conectando os cidadãos às agências públicas, promovendo a sinergia entre o estado e a sociedade civil.

3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

A fim de determinar os métodos e procedimentos de análise, este capítulo se dedica à definição do tipo de pesquisa, natureza e método, demonstrando como foi realizada a coleta e análise de dados. Ao fim, é apresentada uma caracterização do objeto de estudo.

Tendo em vista o cumprimento dos objetivos desta pesquisa, foram buscados temas relacionados às políticas públicas de fomento a APLs. Assim, trate-se de uma pesquisa descritiva, haja vista que este tipo de estudo já foi realizado em outros APLs, como o trabalho apresentado de Corrêa e Oliva (2005). Segundo Gil (2002), a pesquisa descritiva tem o objetivo de descrever as características de uma população ou fenômeno.

A natureza da pesquisa é qualitativa. Segundo Godoy (1995) algumas características identificam os estudos denominados qualitativos, são elas:

Um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno (GODOY, 1995, p. 21).

A autora também salienta que existem três tipos bastante conhecidos e utilizados na pesquisa qualitativa: estudos de caso, etnografia e pesquisa documental. Neste sentido, o presente trabalho enquadra-se por qualitativo por embasar-se em um estudo de caso e pesquisa documental.

O método utilizado será o estudo de caso, que segundo Oliveira (1982) deve ser aplicado quando o pesquisador tiver o interesse em pesquisar uma situação singular e particular.

Através da coleta de dados secundários na bibliografia especializada, legislação e levantamento documental, foi possível a análise da atuação do poder público no fomento a APLs. No procedimento de análise buscou-se revelar conteúdos presentes nos documentos investigados, evidenciando o papel do Estado no fomento de APLs, priorizando as ações do poder público municipal.

3.1 Objeto de Estudo

O município de Santa Rita do Sapucaí, localizado à beira da BR-459, na Mesorregião do Sul de Minas, no estado de Minas Gerais, no Brasil. Sua população em julho de 2015, segundo estimativa do IBGE, era de 41.425 habitantes. Sua economia gira em torno da agropecuária e indústria tecnológica.

Além da proximidade dos grandes centros consumidores e produtores de tecnologia, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, o município de Santa Rita do Sapucaí – MG oferece diversos atrativos fiscais econômicos, estabelecidos em forma da lei, como atrativo para empresas se instalarem na cidade.

A seguir, alguns dados do APL Eletroeletrônico relacionados no site do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Vale da Eletrônica (SINDVEL, 2016):

TABELA 1 – Dados relevantes do APL Eletroeletrônico e do município de Santa Rita do Sapucaí – MG.

Localização:	Sul de Minas Gerais
Área de abrangência do APL:	Santa Rita do Sapucaí, Itajubá, Pouso Alegre e Varginha
Principal município:	Santa Rita do Sapucaí
População de Santa Rita do Sapucaí:	41.425 habitantes
IDH Santa Rita do Sapucaí:	0,789 (2000)
Número de empresas:	120
PIB Santa Rita do Sapucaí:	R\$446.561.000,00 (2004; IBGE)
Destino da produção:	Mercado interno e externo
Empregos diretos e indiretos gerados:	7.500

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados contidos em (SINDVEL, 2016).

Através desta tabela fica evidente que se trata de um município relativamente pequeno, com uma participação muita alta do APL na economia da cidade e na geração de empregos.

O APL Eletroeletrônico de Santa Rita do Sapucaí conta atualmente com 150 empresas, recebendo o apoio de diversas iniciativas em todas as esferas e envolvendo a participação de diversos atores, sendo necessário um recorte que torne viável o desenvolvimento desta pesquisa. Assim, pretende-se enfatizar as

ações, programas e práticas do poder público municipal de fomento ao arranjo. Segundo informações do site www.em.com.br, “mais de 13 mil produtos são fabricados na cidade, [...] entre a urna eletrônica, o chip do passaporte eletrônico e o transmissor de TV digital nacional, para citar apenas três deles.

O surgimento do APL Eletroeletrônico foi possível principalmente pelo surgimento das instituições de ensino, como a Escola Técnica de Eletrônica e o Instituto Nacional de Telecomunicações, criando condições para o surgimento espontâneo das primeiras empresas. Assim, no início do surgimento do APL estudado, é sentido a ausência do poder público (OTTOBONI, 2011).

Portanto, assim como diversas outras experiências de surgimento de APLs, as empresas e outras instituições começam perceber a necessidade de formarem redes, a fim de lidar com questões relacionadas à legislação, comércio, patentes, logística, competitividade, apoio do poder público e financiamento. Porém neste caso, mesmo com uma gênese espontânea, a atuação do poder público foi definitiva para a consolidação da rede.

Em 1985, o poder público municipal em conjunto com lideranças locais, criou o *slogan* “Vale da Eletrônica”, uma referência ao Vale do Silício, nos EUA, a fim de estimular a criação de novas empresas através de políticas direcionadas. Neste momento foi perceptível a inserção do poder público municipal como interessado no processo de transformação da cidade em um polo de tecnologia, estimulando a criação de leis que apoiavam as indústrias com doações de terrenos e isenções fiscais.

A grande taxa de natalidade de empresas no município fez surgir, em caráter complementar, a necessidade de outras empresas com atividades paralelas às atividades fins da indústria eletroeletrônica, aumentando consideravelmente o número de empresas na cidade, impactando no aumento de oferta de emprego em Santa Rita do Sapucaí – MG (PROINTEC, 2016).

4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo pretende-se expor os dados obtidos e discutir se as políticas públicas de fomento foram capazes de atuar positivamente no APL Eletroeletrônico de Santa Rita do Sapucaí - MG, trazendo como base as referências citadas na presente pesquisa. Primeiramente são apresentados os atores e relação com o APL, em seguida é apresentado, mesmo que brevemente, a atuação nos níveis estadual e federal no APL estudado, e logo após é discutido a atuação do poder público municipal. Finalmente, apresenta-se a análise das políticas públicas municipais de fomento ao APL supracitado.

Para responder ao problema da pesquisa, buscar-se-á evidenciar a atuação do poder público para o desenvolvimento e fortalecimento do APL Eletroeletrônico de Santa Rita do Sapucaí – MG, verificando se esta atuação, sobretudo através de políticas públicas, promove o incentivo necessário para o desenvolvimento e fortalecimento de um Arranjo Produtivo Local.

4.1 Atores envolvidos e sua relação com o APL Eletroeletrônico

A grande maioria das empresas do APL de Eletroeletrônicos de Santa Rita do Sapucaí – MG é de médio e pequeno porte, concebidas localmente, com forte amparo do sistema de ensino e centros de pesquisas locais (GTPAPL, 2013).

Entre os ramos em que atuam as empresas do APL Vale da Eletrônica estão: Automação Comercial, Automação Industrial, Automação Predial, Eletroeletrônicos, Eletromecânicos, Eletromédicos, Eletrônicos para Construção Civil, Informática, Segurança, Tecnologia da Informação, Telecomunicações, além da produção de partes e peças e de diversos serviços relacionados.

As instituições têm um papel fundamental na intermediação das atividades produtivas. No caso do APL de Santa Rita do Sapucaí, no início era praticamente uma parceria entre empresas e as instituições de ensino. Com o passar do tempo, foi havendo a necessidade do envolvimento de outras instituições, se configurando numa cadeia de apoio às essas empresas (OTTOBONI, 2011).

Na pesquisa foram verificados diversos atores institucionais envolvidos no APL estudado: instituições de ensino, as indústrias de eletroeletrônica, associações e sindicatos, as incubadoras de empresas, o poder público federal, estadual e municipal.

Instituições de ensino

No município de Santa Rita do Sapucaí – MG há diversas instituições de ensino voltadas para formação de profissionais de nível técnico, superior, pós-graduação e cursos profissionalizantes, sendo a mais antiga a Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa (ETE), considerada a primeira escola de eletrônica da América do Sul, fundada em 1959 (OTTOBONI, 2011).

Em 1965 é criado o Instituto Nacional de Telecomunicações (INATEL), formando, inicialmente, engenheiros de nível operacional, e em pouco tempo passaria a formar engenheiros com ênfase em eletrônica e telecomunicações. Hoje oferece os cursos de graduação em Engenharia da Computação e Engenharia Biomédica, e cursos de especialização e mestrado em Telecomunicações (a partir de 2001).

A Faculdade de Administração e Informática de Santa Rita do Sapucaí (FAI), criada em 1971, oferece os cursos de graduação em Administração e Bacharelado em Sistemas de Informação e, mais recentemente, o curso de Pedagogia. Há ainda o Colégio Tecnológico Delfim Moreira, que além de ensino fundamental e médio, oferece cursos de Técnico em Informática, entre outros cursos. O Colégio é mantido pela Fundação Educandário Santarritense, a mesma instituição que mantém o FAI (OTTOBONI, 2011). A cidade conta também com uma unidade do SENAI, oferecendo cursos profissionalizantes na área de eletrônica.

Assim as instituições de ensino do município se transformaram na medida em que o polo de tecnologia foi se consolidando, oferecendo cursos relacionados à área e surgindo outras instituições para apoiar o setor.

Indústria de eletroeletrônica

Segundo Kallás (2008), as indústrias de eletroeletrônica começam a se instalar no município no final da década de 70, principalmente devido à retração, no

contexto nacional, dos investimentos no setor de telecomunicações, o que limitava as oportunidades dos egressos dos cursos do município.

De acordo com INATEL (2002), a ETE possibilitou o surgimento da empresa mais importante do Vale da Eletrônica, a Linear, através da cessão de suas instalações físicas, equipamentos e componentes eletrônicos. Esta empresa foi a pioneira do ramo na cidade, surgindo na década de 70, quando alguns alunos e ex-alunos do INATEL começaram a desenvolver retransmissores para sinais de televisão.

Associações e Sindicatos

Dentre os atores de sociedade civil organizada (associações e sindicatos) de Santa Rita do Sapucaí, há dois que se destacam pelo seu papel junto ao APL. A Associação Comercial e Empresarial do Vale da Eletrônica (ACEVALE) atua no setor de comércio, tendo uma atuação abrangente, oferecendo serviços de proteção ao crédito, disposição de salas para reuniões, treinamentos e cursos para seus associados.

O Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Vale da Eletrônica (SINDIVEL) tem um papel essencial na gestão do APL, sendo criado para coordenar, proteger e representar legalmente as indústrias do setor. Juntamente com a Associação Industrial de Santa Rita do Sapucaí, representa as indústrias da região e desempenha importante papel na realização de atividade que visem o interesse comum (SINDIVEL, 2016).

O SINDIVEL busca a qualificação da mão de obra e o aprimoramento das relações de trabalho, através de ações integradas para o desenvolvimento social nas empresas. É filiado à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e tem o apoio do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) para o desenvolvimento tecnológico e empresarial. O Sindicato conta também com suporte do SENAI para desenvolvimento profissional, e ainda realiza parcerias com o SESI para o desenvolvimento social.

Assim, destacam-se as parcerias do SINDIVEL com o SENAI promovendo o desenvolvimento profissional, com o IEL, trabalhando no desenvolvimento

tecnológico, e com o SESI, proporcionando educação técnica especializada, gerando inclusão social através da educação.

Incubadoras de empresas

Incubadoras de empresas, segundo a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC, 2016) são entidades promotoras de empreendimentos inovadores, com objetivo de oferecer suporte a empreendedores para que eles possam desenvolver ideias inovadoras e transformá-las em empreendimentos de sucesso. Assim, essas instituições prestam a assistência gerencial em diversas áreas, como Gestão, Mercado, Finanças, Tecnologias e Desenvolvimento Pessoal do Empreendedor, garantindo assim, o seu potencial de crescimento.

Atualmente existem duas incubadoras de empresas na cidade, a Incubadora da INATEL e a Incubadora de Empresas Municipal (IEM), vinculada à prefeitura de Santa Rita do Sapucaí.

A Incubadora da INATEL foi criada em 1985, e oferece equipamentos para desenvolvimento de produtos, apoio para captação de recursos, e capacitação para prospecção de mercado e propriedade intelectual. Já graduou mais de 58 empresas, que juntas geram cerca 800 empregos diretos e uma receita de aproximadamente 220 milhões por ano. Foi considerada pela Rede Mineira de Inovação (RMI) a incubadora que mais graduou empresas em Minas Gerais, e já venceu dois prêmios nacionais da Associação Nacional de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC) em 2005 e 2014 (INCUBADORA INATEL, 2010).

A Incubadora Municipal de Empresas faz parte do Programa Municipal de Incubação Avançada de Empresas de Base Tecnológica (PROINTEC), foi criado em 1999 e é gerido pela Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí.

A incubadora oferece espaço físico (módulos de 38 m²) aos empreendedores e também o mobiliário básico (mesa, cadeiras e bancada). Nesses espaços físicos existe uma área comum com banheiros, recepção e copa, além de laboratório com equipamentos para desenvolvimento de projetos, salas de reunião e treinamento, infraestrutura de redes e telefonia.

Prefeitura Municipal

A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí – MG atua principalmente através do Programa de Incubação de Empresas Tecnológicas (PROINTEC). Criado em 1999, o PROINTEC é gerenciado pela Secretaria Municipal de Ciências, Tecnologia, Indústria e Comércio (SMCTIC), atuando principalmente através da Incubadora Municipal de Empresas (IME) e do Condomínio Municipal de Empresas (CME). O propósito é incentivar o empreendedorismo local e colaborar no desenvolvimento e consolidação dos negócios.

O PROINTEC tem entre seus principais objetivos apoiar a criação de empreendimentos, de forma a aumentar as chances de sucesso de projetos inovadores, reduzindo a mortalidade das novas empresas do setor. O Conselho Consultivo do Programa é constituído pelo Diretor do Programa Municipal de Incubação (vinculado à SMCTIC), pelo Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação e por representantes das Instituições Acadêmicas.

O Programa visa o desenvolvimento social do município, através da realização de ações com parcerias de instituições públicas governamentais, não governamentais e instituições acadêmicas, como:

- Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP);
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE);
- Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais (SECTES - MG);
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (BDMG);
- Instituto Euvaldo Lodi (IEL);
- Conselho de Desenvolvimento do Polo Tecnológico de Santa Rita do Sapucaí;
- Sindicato da Indústria do Vale Da Eletrônica (SINDVEL);

- Instituto Nacional de Telecomunicações (INATEL);
- Faculdade de Administração de Informática (FAI); e
- Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa (ETE-FMC).

Desde a criação do PROINTEC já houve a graduação de 49 empresas, e atualmente, possui nove empresas em fase de incubação, contribuindo assim para o desenvolvimento socioeconômico e tecnológico municipal, conseqüentemente, para o fortalecimento do APL estudado.

4.2 Atuação da Esfera Federal e Estadual no APL Eletroeletrônico de Santa Rita do Sapucaí – MG

Como resultado do convênio entre Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit* (GTZ) ou agência de cooperação técnica alemã, foi implementado o projeto GTZ, que é um projeto de cooperação técnica internacional entre o governo brasileiro e o governo alemão, sendo considerado determinante para a consolidação do Polo Tecnológico na região.

De acordo com INATEL (2007), tal projeto vigorou entre 1995 a 2004 e promoveu diversas linhas de trabalho, entre treinamentos no exterior, desenvolvimento gerencial de pequenos empresários e estudos com foco nas demandas de pequenos municípios com características de um polo de tecnologia, recebendo recursos da ordem de milhões de euros.

Este projeto não só visou fortalecer o município em questão, como também fortalecer o polo sul mineiro de Tecnologia da Informação, incluindo os municípios de Itajubá e Pouso Alegre. Nesse momento é que se forma o quadro dos principais atores envolvidos no APL Vale da Eletrônica: dirigentes das instituições de ensino, empresários, sindicatos e associações e o poder público municipal.

De acordo com entrevista de Pedro Sérgio Monti, Secretário Municipal de Ciências, Tecnologia, Indústria e Comércio à época da implantação do projeto GTZ, este projeto capacitou empresários por meio de viagens ao exterior,

profissionalizando o processo produtivo, oportunidade em que muitas empresas conseguiram a certificação ISO 9001, ao mesmo tempo em que as instituições de ensino receberam recursos para modernizar seus laboratórios. Nessa época foi aprovada a lei municipal que concede benefícios para expansão de indústrias.

A cidade ainda conta com o apoio do SEBRAE, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (extinto em 2016) que além de participar ativamente na elaboração do plano de desenvolvimento para o polo, oferece apoio contínuo às empresas do APL, através de consultorias tecnológicas e gerenciais, fomentando o empreendedorismo, ajudando na certificação de produtos e processos. (OTTOBONI, 2011).

No que tange ao Governo do Estado de Minas Gerais, temos como principais marcos da política estadual de apoio aos APLs a inclusão do tema nos PPAs 2004-2007 e 2008-2011, a implementação da Lei 16.296/2006, e o Decreto 44.972/2008, que instalou o Núcleo Gestor de Arranjos Produtivos Locais (GTPAPL, 2013).

O governo do Estado atua através da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais (SECTECS) com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPEMIG). Foi desenvolvido uma série de ações visando estruturar o APL Eletroeletrônico de Santa Rita do Sapucaí, no sentido de buscar novos mercados, atrair empresas e promovendo a competitividade dos produtos.

O SINDVEL, em parceria com o Governo do Estado, atuou no movimento de internacionalização do APL, com objetivo de atingir mercados externos. Uma das ações do Sindicato foi a implantação do Bureau de Informação, Desenvolvimento e Inovação do APL Eletroeletrônico de Santa Rita do Sapucaí. Este projeto visa promover a capacidade competitiva das empresas do APL, e faz parte do projeto estruturador do Governo de Estado de Minas Gerais, por meio de serviços de inteligência, monitoramento setorial, gestão de projetos em pesquisa e desenvolvimento de inovação.

Foram encontradas diversas outras, práticas, programas e políticas públicas das esferas estadual e federal, como ações de financiamento de bancos públicos e parcerias de capacitação. Porém neste trabalho, pretende-se apenas trazer um pano

de fundo dessa atuação, mostrando que há diversas ações de outros níveis, que complementam ou são complementadas pelas políticas e práticas da esfera municipal.

4.3 Atuação do Poder Público Municipal de Santa Rita do Sapucaí – MG no APL Eletroeletrônico

No âmbito municipal há o Programa Municipal de Incubação Avançada de Empresas de Base Tecnológica do município de Santa Rita do Sapucaí – MG, sendo composto por uma Incubadora de Empresas (IME) e um Condomínio de Empresas (CME). No CME são abrigados *spin-offs* (empresas graduadas nas incubadoras) que conseguem apoio do município para seu desenvolvimento (GTPAPL, 2013), com base em critérios relacionados ao potencial de crescimento da empresa. Em 2003, este programa recebeu o prêmio de melhor incubadora de base tecnológica do País, da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Tecnologias Avançadas (ANPROTEC), concorrendo com 188 incubadoras brasileiras.

Inicialmente, a Incubadora Municipal de Empresas (IME) tinha a capacidade de abrigar 10 empresas de base tecnológica, e em 2011, com a inauguração de seu novo edifício, passou para uma capacidade de abrigar 20 empresas.

Na IME há um ambiente favorável à transferência de informações sobre tecnologia, marcas, patentes, editais, concursos, eventos, entre outros. Durante o processo de incubação, os empreendimentos são periodicamente avaliados pela coordenação do PROINTEC. Tanto a IME, o PROINTEC e a Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Indústria e Comércio têm suas sedes no Condomínio Municipal de Empresas (CME).

O Condomínio Municipal de Empresas (CME) foi criado pela Lei Complementar nº 63 de 2006, sendo incorporado ao PROINTEC em 2008. Possui uma área total de 25.400 m², sendo 12.500 m² de área construída, proporcionando apoio às pequenas e médias empresas do município, mesmo após a sua graduação nas incubadoras. Atualmente o CME conta com 14 empresas, sendo quatro delas oriunda do IME, cedendo seu espaço através de contratos de duração de três anos.

A lei de criação do CME, em seu artigo 3º, cria o cargo de "Gerente do Condomínio Municipal de Empresas", cargo de provimento em comissão de livre nomeação e exoneração, lotado no Gabinete do Prefeito.

O faturamento anual das empresas do Condomínio gira em torno de 80 milhões, gerando cerca de 580 postos de trabalho direto e 220 indiretos. Tem uma taxa de sucesso de 81% e já trouxe para o mercado cerca de 160 produtos.

Além da IME e do CME, a Prefeitura atua organizando diversos espaços para a instalação de empresas de tecnologia, como o Distrito Industrial I e o Distrito Industrial II.

A Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação foi criada pelo artigo 1º da Lei Complementar nº 058/2005, com a finalidade de planejar, organizar, dirigir, executar, controlar e avaliar os programas e ações do município no tocante ao apoio e fomento das atividades de desenvolvimento científico e tecnológico (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ, 2016). São atribuições do secretário desta pasta (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ, 2016):

- Formular e coordenar a política municipal de ciência e tecnologia e supervisionar sua execução nas instâncias que compõem sua área de competência;
- Formular planos e programas em sua área de competência;
- Apoiar e estimular as atividades da pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação e o aperfeiçoamento da infraestrutura de apoio a essas atividades;
- Articular-se com os agentes dos governos da União e do Estado, com agentes da cooperação técnica internacional e com instituições de pesquisas científicas e tecnológicas e de prestação de serviços técnico-científico, objetivando a compatibilização e racionalização da política e dos programas municipais, na área de ciência e tecnologia;
- Manter intercâmbio com entidades públicas e privadas nacionais ou estrangeiras para o desenvolvimento de planos, programas e projetos de interesse da área de ciências e tecnologia; e

- Articular-se com órgãos governamentais, com associações e com organização não governamentais, tendo em vista à criação e ao fortalecimento de mecanismos de transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos para o setor produtivo do município.

A principal lei de incentivo à expansão de indústrias do município é Lei nº 2916/97, concedendo benefícios às empresas do setor industrial. Dentre os serviços previstos em lei para fim de incentivo estão serviço de terraplanagem, transporte de material para obras de pavimentação de áreas industriais, execução de serviços sanitários, pluviais e de abastecimento de água, implementação ou expansão da rede elétrica e telefônica, e adaptação de prédios já existentes.

Ainda segundo a Lei nº 2916/97, o poder público municipal poderá conceder, através de Lei Autorizativa² o pagamento de aluguel de galpão industrial por até três anos, ou cooperar na sua construção, no caso de empresas do ramo eletroeletrônico, de telecomunicações e de informática, e poderá conceder aluguel de dois anos para os outros setores. Poderá o município doar terrenos às indústrias que se expandirem ou vierem a se instalar no município, assim como conceder isenção de tributos municipais sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Destaca-se a importância dada ao potencial da empresa, como critério balizador das leis de concessão de benefícios.

As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos ficam sujeitas à fiscalização do órgão que concede o auxílio, através do envio de prestação de contas ao órgão competente, a fim de verificar o cumprimento do Plano de Aplicação dos Recursos. Apesar de estas exigências legais, é necessário um controle efetivo a fim de se garantir a aplicação ética e legal dessa verba pública.

Dentre os critérios para doação de terrenos às empresas, como forma de subsídios, a lei obriga a construção num prazo máximo de 180 dias, e 18 meses para a conclusão, sob pena de reversão do imóvel ao município, sem qualquer ressarcimento pelas benfeitorias realizadas pela empresa. Também são definidas

² Toda a operação de Financiamento tanto interna quanto externa é necessário Autorização Legislativa por meio de uma aprovação da Câmara Legislativa chamada de Lei Autorizativa. Essa Lei e mais alguns documentos são necessários para que a STN libere a contratação das operações de Crédito. Fonte: <http://www.cultura.df.gov.br/>

cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, assim mais uma vez o poder público municipal se arma de mecanismos para evitar que o terreno seja subaproveitado ou que descumpra sua função social.

O Plano Diretor Participativo do município também traz algumas contribuições nas ações que envolvem políticas urbanas de ocupação e organização territorial de terrenos industriais, envolvendo assim, o setor abrangido neste trabalho. Na seção que aborda o zoneamento urbano, o Plano Diretor do município traz instrumentos para aplicação da política territorial urbana, como o direito de preempção, Estudo de Impacto na Vizinhança (EIV). Nesta seção, preveem-se inclusive Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), sendo áreas onde o município pretende implantar projetos de habitação, de industrialização, entre outros.

Em consulta ao site da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí foi possível observar inúmeras leis, que efetivaram os instrumentos da lei de incentivos às indústrias (Lei nº 2916/97), havendo, portanto, uma diversidade de leis que concedem benefícios às empresas, dentre os listados na lei supracitada.

Na pesquisa foi encontrada também uma lei doação em dinheiro com a rubrica da Secretaria Municipal de Ciências, Tecnologia, Indústria e Comércio, para Instituições de ensino, Conselhos, e associações da sociedade civil³, beneficiando diretamente diversos atores envolvidos no APL.

4.4 Análise das Políticas Públicas Municipais de fomento ao APL Eletroeletrônico de Santa Rita do Sapucaí – MG

Ressalta-se a importância da cooperação articulada entre as esferas municipal, estadual e federal, a ser demonstrada de forma breve neste trabalho. Essas relações formaram verdadeiros mosaicos de parcerias entre instituições de todas as esferas, que impactaram não somente nas empresas e economia da região, mas no desenvolvimento social, principalmente através da educação.

A implementação do PROINTEC foi a política pública de maior efetividade encontrada no âmbito municipal, demonstrando o compromisso da prefeitura municipal com a gestão do arranjo. A criação da Incubadora (IME) e do Condomínio

³ SANTA RITA DO SAPUCAÍ (MUNICÍPIO). Lei nº 4256 de 17 de Dezembro de 2008.

(CME) proporcionou um suporte essencial para empresas de tecnologia da região, seja nas fases iniciais ou já depois de consolidadas, de forma a subsidiar a construção de instalações físicas essenciais, assim como mobiliário, além do apoio gerencial.

Isso gera uma facilidade para as organizações da rede, pois cria um ambiente favorável à transferência de conhecimentos e inovação, pontos cruciais para o desenvolvimento de um APL tecnológico. Assim, as empresas se tornam mais competitivas, pois se é reduzida a necessidade de investimento em infraestrutura, capacitação técnica e gerencial, aumenta as possibilidades investimento áreas estratégicas, como pessoal e P&D.

O fato de o cargo de Gerente do Condomínio ser lotado no gabinete do prefeito estabelece uma relação direta do Prefeito com o CME, demonstrando a relevância do APL para a cidade e o grau de comprometimento da Prefeitura Municipal, impactando positivamente na rede de empresas pela facilidade de comunicação de forma a ser mais fácil a articulação para tomada de decisão.

O PROINTEC chama a atenção quando coordenado com outras ações que envolvem o poder público municipal, como o rol de incentivos e benefícios encontrados, assim como a articulação com as empresas e sociedade civil organizada, gerando resultados no desenvolvimento econômico e social da região através da geração de emprego e renda, além da capacitação efetiva de mão de obra local.

O fato de haver uma secretaria responsável por diversas atividades de fomento à ciência e tecnologia impacta diretamente na rede de empresas, contribuindo para a viabilização de todos os programas e ações da prefeitura no tocante ao fomento do APL. A função do secretário, na forma da lei, de articular-se com agentes das outras esferas, beneficia o APL através da cooperação entre as múltiplas escalas de poder, de forma a potencializar as políticas, práticas e ações de todas as esferas que incidam no APL estudado.

A implementação da Lei nº 2916/97 impacta diretamente na rede de empresas de eletroeletrônicos do município, pois ao contribuir em questões de infraestrutura básica e de construção, proporciona condições de operações

necessárias para o funcionamento das empresas. Essa lei possibilitou a atuação da Prefeitura Municipal através de subsídios como a doação direta de recursos e isenção de impostos, contribuindo positivamente no desenvolvimento do APL, pois reduz os custos das empresas potencializando seu crescimento.

O Plano Diretor Participativo traz importantes instrumentos de promoção do APL. Foi possível verificar a aplicação dos instrumentos da política urbana no município, principalmente devido ao zoneamento especial previsto para instalação de indústrias na cidade, contribuindo para planejamento territorial a fim de adequar as necessidades de infraestrutura à organização do território. Assim as empresas se instalam em áreas onde possam desenvolver suas atividades, com infraestrutura adequada, sem entrar em conflito com questões territoriais de outras atividades do município, como áreas comerciais e residenciais.

Portanto, o poder público desempenha um importante papel no desenvolvimento e fortalecimento do APL através de iniciativas como o caso do PROINTEC, e doações em dinheiro para associações e sindicatos. Conforme constatado nesta pesquisa, o APL Eletroeletrônico tem um forte capital institucional, construído ao longo dos anos através da interação sinérgica dos diversos atores. O poder público municipal desempenhou um importante papel no sucesso deste arranjo, percebendo-se que houve um efetivo desenvolvimento do setor na região ao longo dos anos, possibilitando o desenvolvimento de novas perspectivas para as empresas e para a população local.

5 CONCLUSÃO

Acredita-se que foi possível evidenciar a relevância da participação do poder público municipal em conjunto com os demais atores do APL, ao agir como catalisador do processo de desenvolvimento, fazendo com que o trabalho atingisse o seu objetivo.

Primeiramente, foram identificados e caracterizados os atores do APL, sendo evidenciada a relevância do sindicato e das instituições de ensino, assim como o papel da Prefeitura Municipal no arranjo. Logo após, foi identificada a atuação do poder público, com ênfase na esfera municipal, de forma a identificar ações, práticas, e políticas públicas. E finalmente, foram verificadas e validadas as contribuições do poder público municipal ao APL.

Em relação ao problema proposto, aplicado ao contexto do APL Eletroeletrônico, a pesquisa concluiu que o poder público municipal promove os incentivos necessários para o desenvolvimento e fortalecimento do Arranjo Produtivo Local. Portanto, houve a confirmação da tese inicial de que o poder público municipal atua positivamente no desenvolvimento e fortalecimento da rede de empresas do APL de Santa Rita do Sapucaí – MG.

Portanto, verificou-se o papel proativo adotado pelo município, revelado através do olhar estratégico adotado pela administração municipal. Ao longo de anos de trabalho, no sentido de estimular e ampliar o setor eletroeletrônico, a cidade conseguiu sair de uma dependência econômica exclusiva do setor agropecuário, diversificando sua economia na área de tecnologia.

Apesar de se encontrar algumas referências à atuação do poder público em APLs, não há uma regra intocável quanto ao papel do Estado no desenvolvimento, sendo que as políticas públicas devem ser direcionadas para a solução de evidentes problemas ou deficiências, a serem observadas no contexto específico de cada arranjo.

Verificou-se durante a pesquisa que muitos materiais apontam para a importância de pesquisas que busquem estudar as relações entre o poder público e o fomento à APLs, porém poucos abordam com profundidade esta temática, sendo

observada então, uma lacuna nesse sentido. Portanto, um dos limites da pesquisa está relacionado à escassez, tanto de análises sobre o desenvolvimento local através de APLs, como do impacto de políticas pública de fomento à APLs.

Concluindo, uma perspectiva para o APL Eletroeletrônico de Santa Rita do Sapucaí – MG deve envolver respostas atenuadas com novas tendências de desenvolvimento, que potencializem o desenvolvimento econômico e social, aliado ao desenvolvimento sustentável, a fim de criar condições para a renovação contínua das indústrias existentes, assim como a integração de novas empresas e mercados. Finalizando, com base nesta pesquisa, percebe-se que o APL estudado tem excelentes perspectivas para o futuro, caminhando rumo a um desenvolvimento integrado e articulado entre os diversos atores envolvidos e a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, F; ZAPATA, T. **Importância da estratégia de desenvolvimento local/territorial no Brasil**. In: DOWBOR L.; POCHMANN, M. (Orgs.). Políticas para o desenvolvimento local. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo / Instituto Cidadania, 2010. 211 - 226p.
- ANDRADE, Cláudia. C. **Análise dos Capitais Intangíveis no Processo de Desenvolvimento da Incubadora de Base Tecnológica: O Caso da Incubadora de Base Tecnológica de Itajubá - MG**. 2015. 103 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2015.
- ANPROTEC (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores). **Home Page**. Disponível em: < <http://anprotec.org.br/site/menu/incubadoras-e-parques/> >Acessado em: 05 de dez de 2016.
- ANTUNES, L. G. R; SOUZA, T. A; CASTRO, C. C. **Redes de Empresas e Technology Roadmapping: A Possibilidade de Conciliação para uma Gestão Estratégica**. In: Colóquio de Redes, 7, Estratégia e Inovação. **Anais...** São Paulo, São Paulo, Novembro, 2016.
- BALESTRIN, J. A.; VERSCHOORE, J. **Redes de cooperação empresarial: estratégias de gestão na nova economia (2ª ed.)**. Porto Alegre: Brookman. Contabilidade, Gestão e Governança, 2016.
- BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuells. **Local y Global: La gestión de lãs ciudades em La era da información**. Madird. Habitat/Taurus, 1997.
- BOTELHO, Marisa R. (Coord.). **Nota Técnica: O APL de Eletroeletrônicos de Santa Rita do Sapucaí – MG. Evolução e Dinâmica de Arranjos Produtivos Locais de MPES no Brasil**. Instituto de Economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, jul, 2011.fl 103.
- CASAS, João L. S.; CASAS, Suzane F. **Redes Empresarias de Software e Políticas Públicas para Inovação e Competitividade**. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DE PROJETOS, 3, 2014. ISSN:2317-8302. **Anais...** São Paulo, SINGEP, 2014.
- CASSIOLATO, José E; LASTRES. Helena M. M. **Políticas para Promoção de Arranjos Produtivos e Inovativos Locais: Conceitos, Vantagens, Restrições e Equívocos Usuais**. Arranjos Produtivos Locais: Uma Nova Estratégia de Ação para o SEBRAE, 9 f, Set, 2004. Disponível em: <

<http://www.redesist.ie.ufrj.br/nts/ar1/LasCas%20seminario%20politica%20Sebrae.pdf>
>. Acesso em: 20 out. 2016.

CEZARINO, Luciana O; CAMPOMAR, Marcos C. **Vantagem Competitiva para Micro, Pequenas e Médias Empresas: clusters e APLs**. Revista Economia & Gestão da PUC Minas, Belo Horizonte, v.6, n. 12, 2006.

CHAVES, Alessandro F. B.; MARTINS, Henrique C.; ZICA, Roberto M. F. Estrutura de Redes Empresariais de Pequenos Negócios: Abordagens e Alcance. In: Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresa, EGEPE, 6, 2010. Pernambuco. **Anais...** Pernambuco, 2010.

CORRÊA, Márcia M.; OLIVA, Eduardo C. O Grande ABC Paulista: Políticas Públicas e Perspectivas de Desenvolvimento de um Arranjo Produtivo do Plástico. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 29, ENANPAD, 2005. **Anais...** 2005, 16 fl.

COSTA, E. J. M. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional. Ministério de Integração Nacional**. Brasília: Mais Gráfica Editora, 2010. 404 p.

CROCCO, Marco Aurélio; SIMÕES, Rodrigo; BORGES, Fabiana & HORÁCIO, Francisco. **O Arranjo Produtivo Calçadista de Nova Serrana. Industrialização Descentralizada: Sistemas Industriais Locais**. IPEA, Brasília, 2001. p. 323-382.

DAGNINO, Renato *et al.* **Gestão Estratégica da Inovação: metodologias para análise e implementação**. Taubaté, Editora Cabral Universitária, 2002.

ERBER, F. S. **Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito**. Nova Economia, Belo Horizonte v. 18, n. 1, 2008.

EVANS, P. **Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy**. In: World Development. Vol. 24, n. ° 6, 1996.

GARCIAS, Paulo M. A Lógica de Formação de Grupos e Aliança Estratégica de Empresas. Universidade Federal do Paraná. Departamento de Economia. Paraná: 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: 4ª Ed, 2002.

GODOY, A. S. **Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais**. In Revista de Administração de Empresas, v(35), n(3), p. 20-29. São Paulo, mai/jun: 1995.

GTPAPL (Grupo Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais). **Estudo de Caso do Arranjo Produtivo Local de Santa Rita do Sapucaí – MG: caracterização e dinâmica recente**. Produto 2 Contrato de Prestação de Serviços Nº 022/2013 Convite Nº 001/2013, Processo Nº 3489/2013. Contrato firmado entre a Agência

Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI e Savi E Geremia Planejamento, Consultoria & Auditoria LTDA, 2013. 30 fl.

INCUBADORA INATEL. **Home Page**. Disponível em:<
<http://www.inatel.br/empreendedorismo/incubadora>>. Acesso em 01/12/2016.

INATEL (Instituto Nacional de Telecomunicações). **INATEL**: sonho e realidade. Santa Rita do Sapucaí: INATEL, 2002. 116p.

KALLÁS, Ely. Uma Visão do Polo Tecnológico de Santa Rita do Sapucaí e do papel que Reserva ao Administrador Profissional. In: ENCONTRO ANUAL ANGRAD, 19, 2008, Curitiba. **Anais...**Curitiba: ANGRAD, 2008, p. 1-8. Disponível em:
HTTP://www.angrad.org.br/area_cientifica/artigos_de_divulgacao/uma_visao_dopolo_tecnologico_de_santa_rita_do_sapuca_i_e_do_papel_que_reserva_ao_administrador_profissional/413/. Acessado em: 20 out, 2016.

LACOSTE, S. “**Vertical Coopetition**”: the key account perspective. *Industrial Marketing Management*, 41, 649-658, 2012.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia**. Editora Nova Cultural, São Paulo, 1996.

NOHRIA, Nitin. **Is a Network Perspective a Useful Way of Studying Organizations? Networks and organizations: structure, form, and action**. Editado por Nitin Nohria e Robert G. Eccles. Harvard Business School Press, 1992.

NOMATI (Núcleo de Otimização da Manufatura e de Tecnologia da Inovação). SEBRAE/MG. **Relatório Final: Diagnóstico e Caracterização de Arranjo Produtivo Local de Tecnologia da Informação e Comunicação**. Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2014.

OTTOBONI, Célia. **Capacidade para Inovar de Indústrias Eletroeletrônicas: Estudo de Múltiplos Casos no Vale da Eletrônica em Minas Gerais**. 2011. 386 f. Tese (Doutorado em Organizações, Mudanças e Gestão Estratégica) – Departamento de Administração e Economia, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

PORTER, Michael E. **Cluster e competitividade**. HSM Management, São Paulo, v.3, n. 15, p. 100110, jul./ago, 1999.

PORTER, Michael E. **Location, Clusters and Company Strategy**, USA, Clark, Gertler and Feldman, eds, Oxford University Press, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ (PMSRSO). **Home Page**. Disponível em: < http://www.pmsrs.mg.gov.br/Home/?page_id=12722>. Acessado em: 01/12/2016.

PROGRAMA DE INCUBAÇÃO DE EMPRESAS TECNOLÓGICAS (PROINTEC). **Home Page**. Disponível em: <http://www.prointec.com.br/index.php/vale-da-eletronica/> Acessado em: 01/12/2016.

ROSA, Elizabeth .**O Papel do Estado como Aglutinador das Redes de Cooperação em Arranjos Produtivos Locais: o Caso da Biotecnologia em Belo Horizonte**. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, ENANPAD, 2005.15 fl.

SANTA RITA DO SAPUCAÍ (MUNICÍPIO). Lei Complementar nº 63 de 09 de agosto de 2006. **Dispõe sobre a criação do Condomínio Municipal de Empresas de Santa Rita do Sapucaí, e dá outras providências**. Lex. Disponível em: <>. Acessado em:

SANTA RITA DO SAPUCAÍ (MUNICÍPIO). Lei nº 4256, de 17 de dezembro de 2008. **Autoriza a concessão de subvenções, auxílios e contribuições**. Lex. Disponível em: <>. Acessado em:

SANTA RITA DO SAPUCAÍ. (MUNICÍPIO). Lei nº 2916, de 22 de julho de 1997. **Disciplina o parcelamento, a ocupação e o uso do solo no Município de Santa Rita do Sapucaí e dá outras providências**. Lex. Disponível em: <

SANTOS, Jaysa E. A. CALDAS, Patrícia T. CÂNDIDO, Gesinaldo A. Políticas Públicas de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais: o caso específico de um APL caprinovinocultura do cariri paraibano. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 31, 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ENEGEP, 2011. 21 f.

SARAVIA, Enrique. Introdução à Teoria Política Pública. In: Enrique Saravia e Elisabete Fernandes, Orgs. Políticas Públicas, vol. I, Brasília: ENAP, 2006, 21-42 fl.

SINDICADO DA INDÚSTRIA DE APARELHOS ELÉTRICOS, ELETRÔNICOS E SIMILARES DO VALE DA ELETRÔNICA (SINDVEL). **Home Page**. Disponível em: <<http://www.sindvel.com.br/>>. Acessado em: 01/12/2016.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

VAINER, Carlos. B. **As Escalas do Poder e Poder das Escalas: o que é poder local**. Rio de Janeiro, 1999.